

A transição elétrica e os sofismas¹

Edvaldo Santana²

Dia 4 agosto, em matéria de Juliana Causin, o Globo destacou que a inteligência artificial (IA) tem brechas para usos indevidos. O tema já tinha sido tratado pelo Globo de 30 de julho, em reportagem de Rafael Garcia. Com detalhes inquietantes, ficou evidente que a IA não tiraria boas notas nos testes de lógicas. Alguns bem simples.

Apresentei o enunciado do paradoxo de Russel a um desses buscadores mais utilizados. A resposta foi perturbadora. Também perguntei: se a \$ a ou b \$O setor elétrico passa pelo “mal da IA”. De 0 a 10, tiraria no máximo 4 num teste de lógica. Veja alguns exemplos. No dia 19 de agosto, 86% da matriz elétrica eram formados por fontes renováveis. Desses, 57 pontos percentuais vinham de hidrelétricas. Ocorre que, mesmo competitivas e com elevado potencial, essas usinas já não podem ser construídas.

Ao que consta, a “visão ambiental” ficará opaca para a exploração da Margem Equatorial, mas que não se fale em novas hidrelétricas com reservatório. Nesse quadro, a inteligência humana, como a IA, entra em “looping” para entender o significado de energia limpa.

É sintomático que o Brasil esteja perdendo espaço no papel de líder da transição energética. Não faz sentido movimento tão relevante para a humanidade ser liderado por quem usa sofismas, que distorcem a alocação de riscos e custos, quase sempre em desfavor dos mais pobres

Dia 13, o ministro de Minas e Energia afirmou que “não será o pai da conta de luz mais cara do mundo”. Ameaçou voltar para casa. E sabia do que falava. Dos subsídios, por exemplo. Chamou de monstrengo, e estava certo, o projeto de lei que trata do hidrogênio verde.

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:
<https://valor.globo.com/opiniaao/columa/a-transicao-eletrica-e-os-sofismas.ghtml>

Acessado em 21.08.2024

² Doutor em Engenharia de Produção e ex-diretor da Aneel

Mas, bem olhadas, essas falas se confundem com sofismas, ou o uso de bons argumentos para iludir, como as evasivas da IA. No mesmo dia 13, a autoridade listou uma série de pretensões, uma delas meritória - a ampliação dos benefícios da tarifa social. Mas outras apenas agregariam custos, como a conclusão de Angra 3. Ou seja, o ministro indica ter um diagnóstico preciso da situação, mas apresenta soluções que agravam o problema.

No caso de Angra 3, a premissa é que não devem ser “enterrados” os mais de R\$ 20 bilhões já afundados em 1/3 da obra. O governo, porém, topa gastar outro tanto para concluir a usina, o que elevará a conta de luz. E a estratégia é bizarra. A Eletrobras, com quem o governo vive em confronto, é sócia e avalista da usina. Tal empresa será indenizada por deixar de ser sócia da nuclear e “perde” o papel de avalista. Como, na privatização de 2022, Angra 3 foi, muito provavelmente, provisionada como perda, a Eletrobras sairá bastante beneficiada.

É que, para o governo, não interessa se a fonte nuclear é ou não necessária na matriz elétrica em curso. O que vale é o controle de mais uma estatal, mesmo que isso prejudique o consumidor.

O sistema elétrico brasileiro é todo interligado. As regiões Nordeste (NE) e Norte (N) são grandes exportadoras de eletricidade. No NE, por exemplo, a capacidade instalada de geração, grande parte por meio de renováveis, é duas vezes e meia maior que a demanda. É uma região que, nos paradigmas técnicos e econômicos, deveria atrair mais consumo, e não mais oferta.

O regulador, para cumprir esse objetivo, intensificou o incentivo para atrair novos consumos de eletricidade para o NE (e para o N). A tarifa de transmissão aumentaria para as usinas e reduziria para os consumidores. Não deu certo. O lobby, os parlamentares e governadores, em coalizão, resistiram. O Congresso aprovou Decreto Legislativo que barrou a iniciativa do regulador. Resultado: a conta de luz cresceu no NE e no N, e crescerá mais ainda, apesar de a coalizão dizer o contrário.

Não faz muito, o ministro de Minas e Energia reclamou de não poder resolver o grave problema da Amazonas Energia com um mero telefonema à Eletrobras. Mas o ciclo de decadência dessa distribuidora foi agravado quando ainda estava sob controle da Eletrobras. A distribuidora amazonense, como outras, ficou sob as amarras da estratégia de federalização, que apenas acentuou os vícios de gestão. A história conta.

Em abril, com o pressuposto de reduzir a tarifa, o governo editou a Medida Provisória (MP) 1.212, que acrescentaria pelo menos R\$ 8 bilhões ao ano de subsídios (desnecessários) às renováveis nos próximos 15 a 20 anos. E, em julho, ampliou as benesses. A MP resultou da pressão de lobbies e de governadores reunidos em consórcio.

Na “lógica” desses governadores, a maior oferta ajudaria no desenvolvimento da região. Não lhes informaram que o excesso de eletricidade nada acrescenta

em confiabilidade (vide o apagão de 15 de agosto de 2023) e aumenta mais ainda a conta de luz no NE e no N. A MP, assim, criou restrições ao desenvolvimento. E tal resultado macula o virtuoso objetivo da transição energética.

Nota-se, nesse contexto, que as regiões NE e N, de menor IDH, sofrem bem mais com a interferência política. Uma consequência é a desigualdade elétrica, que decorre de sofismas, isto é, da inquietante lógica das decisões de políticas públicas que iludem, em lugar de levar a sério o caráter inclusivo da transição energética.

A Corte de Contas, em diversas ocasiões, entrou no jogo para imprimir alguma racionalidade. Mas, na busca de culpados, ora vai na direção das distribuidoras, mas logo o foco muda para a agência reguladora, o elo mais fraco. É o quadro ideal para que tudo fique como d'antes.

É sintomático que o Brasil esteja a perder espaço no papel de líder da transição energética. Não faz sentido movimento tão relevante para a humanidade ser liderado por quem usa sofismas, que distorcem a alocação de riscos e custos - quase sempre em desfavor dos mais pobres.

Apresentei à IA outro simples quesito de lógica: "toda energia renovável é rentável. Toda energia renovável tem subsídio. Então os subsídios são rentáveis". Resposta: "Não encontrado nenhum documento correspondente. Precisa de ajuda?". A (não) resposta, por incrível que pareça, está correta. Só a lógica política, alimentada por lobbies, respaldaria esse silogismo.